



## **ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.  
(Valores expressos em reais)**

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência doravante “Associação” ou “Entidade”, é uma associação civil, sem fins lucrativos, constituída em assembleia geral em 27 de abril de 2010, com registro na ANS (Agencia Nacional de Saúde Suplementar) sob nº 41753-0. A Entidade tem por objetivo a operação de Planos Privados de Assistência a Saúde, individuais, familiares e coletivos, através da garantia de cobertura de custos de assistência médica, hospitalar, ambulatorial e laboratorial, dos integrantes dos citados Planos de Saúde por ela disponibilizados, mediante, exclusivamente, o credenciamento de terceiros, técnica e legalmente habilitados, para o exercício de atividades na área da saúde. Sua área de ação e comercialização abrange o município de Campinas e Região, onde está localizada sua sede administrativa. Por se tratar se entidade associativa e com caráter assistencial, goza de privilégios tributários constitucionais e legais para a espécie.

A Companhia assinou Termo de Assunção de Obrigações Econômico e Financeiras (“TAOEF”) aprovado pela Agencia Nacional de Saúde Suplementar (ANS), conforme processo nº 33902.024721/2011-61, ofício nº 1159/2016 de 05 de setembro de 2016, por prazo de 24 meses, encerrando-se em agosto de 2018. Conforme ofício nº 74/2018 emitido pela ANS, o prazo para cumprimento do TAOEF foi prorrogado para 31 de agosto de 2019.

### **2. AMBIENTE REGULATÓRIO**

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Associação está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

### 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aos pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, no que não contrariem as regulamentações estabelecidas pela Agencia Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Com base nas disposições contidas na lei nº 6.404/76 - lei das sociedades anônimas e alterações promovidas pela lei nº 11.638/07 e 11.941/09. A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão apresentado pela ANS (Agencia Nacional de Saúde Suplementar).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 17 de março de 2019.

### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

#### 4.1 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A moeda funcional e de apresentação da Entidade é o real (R\$).

#### 4.2 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Entidade. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem, quando aplicável: i) a determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; ii) a estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário; iii) a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; iv) Provisões para passivos contingentes e v) PEONA - Provisão para eventos ocorridos e não avisados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

#### 4.3 RESULTADO

O resultado das operações é apurado de acordo com o regime contábil de competência do exercício.

#### 4.4 ATIVOS CIRCULANTES

##### a) Disponível

São representados por dinheiro em caixa e saldos em conta corrente (bancos), registrados pelos valores de custo até as datas dos balanços, que não excedem os seus valores de mercado ou de realização.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras para negociação e disponíveis para venda são avaliadas a valor de mercado, e os rendimentos auferidos são reconhecidos no resultado. A Entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras para lastrear as provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

c) Créditos de Operações com Planos de Saúde

Representam valores a receber relacionados às mensalidades de planos de saúde comercializados até o final do exercício. São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal, em contrapartida a conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde. As contraprestações e prêmios das operações de planos de assistência à saúde na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no último dia do mês, considerando-se o período de cobertura do risco.

Uma provisão para perdas sobre créditos é apresentada como redução das contas a receber de clientes e é constituída para fazer face às eventuais perdas na não realização das contas a receber. Nos planos individuais, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato a mais de 60 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada; e para os demais planos em havendo pelo menos uma parcela vencida a mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada.

d) Bens e títulos a receber

Essa conta é constituída, basicamente, por antecipação a fornecedores.

#### 4.5 ATIVOS NÃO CIRCULANTES

##### e) Imobilizado

Registrado ao valor do custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

##### f) Intangível

Essa conta é constituída, basicamente, pelos valores de aquisição de carteira de cliente; e direitos de uso do *software*, ambos líquidos de amortização. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento de seu reconhecimento inicial e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada ou perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

##### g) Avaliação do valor recuperável de ativos (TESTE DE IMPAIRMENT).

O parágrafo 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, modificado pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, determina que a Entidade deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para a recuperação desse valor (*impairment*) e revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

A Entidade revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil ao valor líquido recuperável.

#### 4.6 DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os demais ativos são registrados pelos seus valores de aquisição e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização, quando aplicável.

#### 4.7 PASSIVOS CIRCULANTES

##### 4.7.1 Provisões técnicas com operações de assistência à saúde

As provisões técnicas foram integralmente constituídas pela OPS de acordo com as normas da ANS. Os eventos a liquidar são registrados com base nas faturas de prestadores de serviços recebidas, em contrapartida às contas de resultado de eventos indenizáveis líquidos e no caso de ressarcimento ao SUS no momento do recebimento do ABI - Aviso de Beneficiário Identificado. São considerados suficientes para fazer face aos compromissos futuros.

##### 4.7.2 PEONA (Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados)

Em 2015 a Associação calculava a PEONA - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados com base na metodologia de cálculo determinada pela ANS - RN 209/09 (art. 3º) e alterações posteriores.

A partir do ano de 2016 a Associação passou a utilizar metodologia de cálculo para PEONA - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados própria, por meio de nota técnica atuarial, apresentando um montante no exercício de 2018 a constituir de R\$ 5.378.994

##### 4.7.3 PPCNG (Provisão para Contraprestações Não Ganhas)

Definida pela RN 314/12, caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora referente a cobertura do risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, sendo baixado a crédito da Receita de Contraprestação à medida que decorre o período de cobertura contratual.

#### 4.8 DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

#### 4.9 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Entidade elaborou os fluxos de caixa pelo método direto de acordo com a Resolução Normativa ANS nº 290/12 e suas alterações. Desta forma, o fluxo de caixa apresentado em conjunto com as demais demonstrações financeiras, foi elaborado pelo método indireto, de acordo com a NBC T 3.8 e CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa, aprovado pela resolução CFC nº 1.303/2010.

As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de ingressos e receitas na Entidade e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimentos: são as atividades relativas à aquisição e alienação de ativos não circulante e outros investimentos não incluídos em atividades operacionais e de financiamentos.
- Atividades de financiamentos: são as atividades que tem como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos e pagos pela entidade.

#### 5. DISPONIVEL

	2018	2017
Caixa	4.405	3.143
Bancos	38.026	152.432
	<u>42.431</u>	<u>155.575</u>

#### 6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2018	2017
Banco do Brasil Fundo dedicado à ANS - PEONA ( i )	15.433.344	14.654.455
Aplicações CDB	4.204.018	418.226
Aplicações compromissadas	-	864.253
	<u>19.637.362</u>	<u>15.936.934</u>

- (i) A Entidade investe em um fundo dedicado a receber recursos de operadoras de planos de saúde, devidamente registradas na ANS, com o objetivo de manter ativos garantidores vinculados a provisões técnicas.

## 7. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

	2018	2017
Mensalidade a receber	9.278.474	7.909.986
( - ) Provisão para Perdas Sobre Créditos (mensalidades)	(2.551.586)	(4.132.751)
Faturas a receber	4.587.495	5.246.399
( - ) Provisão para Perdas Sobre Créditos (faturas)	(1.851.750)	(2.585.982)
	<u>9.462.633</u>	<u>6.437.652</u>

## 8. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2018	2017
Confissão de dívida - rede credenciada (i)	8.438.798	5.700.892
Outros títulos a receber	6.400	201.715
Estoques	-	31.311
	<u>8.445.198</u>	<u>5.933.918</u>
Confissão de dívida - rede credenciada (i)	-	2.850.446
	<u>-</u>	<u>2.850.446</u>
Não circulante	-	2.850.446

- (i) Em 12 de dezembro de 2017, a Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência e a Real Sociedade Portuguesa de Beneficência (“RSPB” ou Rede Credenciada), assinaram um termo de confissão de dívidas, onde a RSPB assumiu a obrigação de realizar pagamentos no montante de R\$8.551.338, que serão pagos em 18 (dezoito) parcelas.

Em 2018, a “Associação” recebeu os valores acordados no termo de confissão de dívidas, contudo, efetuou antecipação de 02 produções conforme acordado entre as partes, à RSPB no montante de R\$8.438.798.

## 9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Refere-se a depósitos judiciais realizados para contestação de valores devidos de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cuja discussão consiste no cálculo sobre as contraprestações, deduzidas dos custos assistenciais. O montante de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2018 era de R\$8.413.096 (R\$5.060.568 em 31 de dezembro de 2017). Os demais saldos referem-se a depósitos judiciais para ações cíveis e trabalhistas, o montante destes demais depósitos em 31 dezembro de 2018 era de R\$171.415.

## 10. IMOBILIZADO

Descrição	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			2018	2017
Imóveis de uso	2.200.000	(425.335)	1.774.665	1.859.765
Móveis e utensílios não hospitalares	155.820	(67.569)	88.251	103.941
Móveis e utensílios	17.932	-	17.932	17.932
Equipamentos de informática	668.339	(320.558)	347.781	479.716
Maquinas e equipamentos	846.453	(261.800)	584.653	665.758
	<u>3.888.544</u>	<u>(1.075.262)</u>	<u>2.813.282</u>	<u>3.127.112</u>



Mapa de movimentação do imobilizado

	2017			2018
	Final	Adições	Baixas	Final
<b>Custos</b>				
Imóveis de uso	2.200.000	-	-	2.200.000
Móveis e utensílios não hospitalares	155.320	500	-	155.820
Móveis e utensílios	17.932	-	-	17.932
Equipamentos de informática	667.889	450	-	668.339
Maquinas e equipamentos	841.296	5.157	-	846.453
	<u>3.882.437</u>	<u>6.107</u>	<u>-</u>	<u>3.888.544</u>
<b>Depreciação acumulada</b>				
Imóveis de uso	(340.235)	(85.100)	-	(425.335)
Móveis e utensílios não hospitalares	(51.379)	(16.190)	-	(67.569)
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Equipamentos de informática	(188.173)	(132.385)	-	(320.558)
Maquinas e equipamentos	(175.538)	(86.262)	-	(261.800)
	<u>(755.325)</u>	<u>(319.937)</u>	<u>-</u>	<u>(1.075.262)</u>
<b>Imobilizado líquido</b>	<u>3.127.112</u>	<u>(313.830)</u>	<u>-</u>	<u>2.813.282</u>

## 11. INTANGIVEL

Descrição	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
			2018	2017
Aquisição de carteira de plano de assistência à saúde	33.000.000	(28.200.000)	4.800.000	-
Repactuação do contrato de aquisição de carteira (i)	95.145	-	95.145	7.200.000
Direitos de uso de software	-	-	-	95.145
	<u>33.095.145</u>	<u>(28.200.000)</u>	<u>4.895.145</u>	<u>7.295.145</u>

- (i) A Entidade adquiriu a carteira de clientes em abril de 2012 pelo montante de R\$21.000.000. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo a pagar referente a compra da carteira, totalizava R\$5.296.727.

Em 22 de dezembro de 2015, por meio de um aditivo ao contrato de alienação da carteira, a Entidade acordou o aumento do valor a ser pago à alienante, no montante de R\$12.000.000 (doze milhões de reais), que deverá ser pago e amortizado contabilmente em até 60 (sessenta) meses.

A Administração entende que o valor original da compra da carteira estava subavaliado, e que o potencial e abrangência de mercado, bem como a referência de marca, justificam a repactuação do acordo de compra da carteira.

## 12. PROVISÕES TÉCNICAS

	2018	2017
Provisão de contraprestações não ganhas (PPCNG)	450.356	1.121.346
Provisão de eventos a liquidar	8.550.506	7.721.436
Provisão de eventos a liquidar com o SUS	3.878.022	3.252.251
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	5.378.994	4.206.460
	<u>18.257.878</u>	<u>16.301.493</u>

- i) Provisão Para Contraprestações Não Ganhas

Definida pela RN 314/12, a PPCNG é constituída diariamente, a partir do início de vigência ou emissão do faturamento, o que ocorrer primeiro, e revertida mensalmente, no último dia de cada mês, com relação ao risco decorrido, para registrar a receita de contraprestação ganha, de acordo com o regime de competência contábil.

ii) Provisão de Eventos a Liquidar

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. RN ANS nº 209/09 determinou a constituição desta provisão a partir de 1 de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança às operadoras.

iii) Provisão para Eventos a Liquidar com o SUS

A Entidade registra nessa rubrica eventos referentes a ressarcimento de despesas médicas ao SUS.

iv) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados

Regulamentado pelo art. 16 da RN 209 da ANS, alterado pela RN 274, representa os eventos ocorridos, porém não avisados à operadora, cujo valor deve ser baseado em (i) cálculo atuarial de acordo com nota técnica aprovada pela ANS, ou (ii) na ausência de nota técnica aprovada pela ANS, utilizar 8,5% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses ou 12% dos eventos indenizáveis conhecidos, dos dois o maior. Destacamos que a exigibilidade de provisão contábil se iniciou em janeiro de 2008.

### 13. DEBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTENCIA À SAÚDE

	2018	2017
Fornecedores de materiais e medicamentos	899.214	692.025
Comissões a pagar	335.335	511.772
Contraprestações - recebimento antecipado	42.034	228.583
	<u>1.276.583</u>	<u>1.432.380</u>

### 14. OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2018	2017
Parcelamento ISS	997.157	997.157
ISSQN retido sobre produção médica	717.161	265.488
Contribuições retidas - produção médica	398.556	586.730
IRRF	172.049	146.362
ISSQN retido de terceiros	69.618	67.373
INSS retido	3.040	38.655
	<u>2.357.581</u>	<u>2.101.765</u>

## 15. EMPRÉSTIMOS

Contrato	Modalidade	Taxa juros a.m.	Taxa juros a.a.	Data de Início	Data Final	Qtde de Parcelas	Valor	Circulante	Não circulante	2018
2018100270	UNIWORK ROTATIVO	1,89%	25,19%	28/09/2018	30/10/2019	60	6.000.000	4.520.685	-	4.520.685
2017250413	CONTA GARANTIDA	0,70%	8,73%	30/08/2017	*	*	2.000.000	1.763.350	-	1.763.350
2016100508	UNIWORK CAPITAL DE GIRO	1,20%	15,39%	26/01/2018	28/02/2027	120	1.500.000	168.809	1.229.495	1.398.304
2016100339	UNIWORK CAPITAL DE GIRO	1,20%	15,39%	26/01/2018	30/09/2021	60	1.300.000	309.470	554.466	863.936
2015100373	UNI INFRAESTRUTURA - POS L	0,50%	6,17%	30/11/2015	30/10/2020	60	862.661	199.360	171.671	371.031
00A0023118	ARRENDAMENTO MERCANTIL	1,99%	23,89%	25/03/2016	25/02/2019	36	423.668	32.183	-	32.183
								<u>6.993.857</u>	<u>1.955.632</u>	<u>8.949.489</u>

## 16. DÉBITOS DIVERSOS

	2018	2017
Fornecedores e prestadores de serviços	452.601	635.098
Outros debitos	70.743	-
Reembolso mensalidade	11.666	8.509
Depósitos não identificados	956	712.534
Nota crédito	-	1.142.687
Cheques devolvidos	-	7.953
	<u>535.966</u>	<u>2.506.781</u>

## 17. PROVISÕES JUDICIAIS - CONTINGÊNCIAS

	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Remota
Administrativo (ANS)	130.200	126.000	2.639.202
Contingências cíveis	150.060	-	12.000
	<u>280.260</u>	<u>126.000</u>	<u>2.651.202</u>

## 18. EVENTOS CONHECIDOS E AVISADOS - CUSTOS

### 18.1 - EVENTOS CONHECIDOS E AVISADOS - CUSTOS

Os eventos conhecidos e avisados representam o custo da operadora em relação aos serviços utilizados pelos beneficiários.

	2018	2017
Honorários médicos	(79.846.039)	(66.688.704)
Terapias	(64.443.216)	(52.970.272)
Exames	(33.223.585)	(21.376.688)
Ressarcimento ao SUS	(2.960.000)	(4.091.156)
Demais despesas assistenciais	(7.091)	(5.408.169)
	<u>(180.479.931)</u>	<u>(150.534.989)</u>

### 18.2 - EVENTOS MÉDICOS HOSPITALARES

	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Demais despesas	TOTAL
Rede própria	-	-	-	-	-	-
Rede contratada	79.850.341	33.224.731	64.437.768		7.091	177.519.931
Reembolso	-	-	-	-	-	-
Intercâmbio	-	-	-	-	-	-
Eventual	-	-	-	-	-	-
Ressarcimento ao SUS	2.960.000	-	-	-	-	2.960.000
	<u>82.810.341</u>	<u>33.224.731</u>	<u>64.437.768</u>	<u>-</u>	<u>7.091</u>	<u>180.479.931</u>

Quadro auxiliar de eventos médicos hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar, conforme determinação da ANS - RN nº 344/2014.

A distribuição dos saldos do quadro de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do documento de Informações Periódicas - DIOPS do 4º. Trimestre de 2016 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE no. 01, de 01/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

## 19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Direitos de imagem	(8.224.307)	(7.215.305)
Serviços PJ	(5.804.489)	(4.255.872)
PPSC (perda de clientes)	(3.427.608)	(2.703.827)
Honorários e consultoria	(2.646.633)	(1.855.398)
Amortização de carteira de clientes	(2.400.000)	(3.800.000)
Publicidade e propaganda	(1.182.767)	(1.156.137)
Outras perdas	(624.266)	(11.599.951)
ISSQN	(499.627)	(3.656.125)
Taxa de saúde suplementar	(498.120)	(319.629)
Depreciação	(319.286)	(323.056)
Materiais de escritório	(315.871)	(260.095)
INSS autonomo	(298.927)	(470.719)
Vigilância	(296.124)	(381.140)
IRRF sobre aplicações financeiras	(198.485)	(336.609)
Manutenção e reparos	(193.012)	(146.080)
Outras despesas	(164.225)	(74.602)
Refeições	(155.975)	(136.486)
Aluguel	(148.092)	(290.094)
Telefones e correios	(106.440)	(101.412)
Patrocínio	(72.000)	-
Transportes	(67.064)	(49.278)
Água, luz e gás	(63.544)	(53.122)
Contribuições assistenciais	(57.065)	(50.413)
Salários	(49.034)	(85.295)
IPTU	(43.775)	(35.652)
Despesas Judiciais	(19.591)	-
Multas	(14.410)	(41.714)
Legais	(4.959)	(590.496)
Acordos cíveis	(3.250)	(75.885)
Contingências cíveis	-	(280.260)
Donativos	-	(119.851)
	<b>(27.898.946)</b>	<b>(40.464.503)</b>

## 20. RECEITAS FINANCEIRAS

	2018	2017
Juros recebidos	1.706.339	1.327.300
Descontos obtidos	1.597.047	637.807
Atualização de depósitos judiciais	1.561.915	-
Rendimentos aplicações financeiras	1.003.437	1.412.605
	<u>5.868.738</u>	<u>3.377.712</u>

## 21. DESPESAS FINANCEIRAS

	2018	2017
Juros sobre empréstimos	(1.622.395)	(1.711.602)
Descontos concedidos	(1.468.069)	(593.441)
Tarifa bancária	(653.482)	(587.260)
Juros sobre tributos	(268.695)	(78.141)
Juros e multa	(214.080)	(326.408)
IOF	(167.607)	(162.117)
	<u>(4.394.328)</u>	<u>(3.458.969)</u>

## 22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

As transações financeiras efetuadas pela Entidade, são pertinentes às suas atividades econômicas e estão relacionadas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar com vencimento de curto prazo, empréstimos, financiamentos de cunho operacional.

Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço patrimonial próximos aos valores de mercado. A Entidade não possui e, também não efetuou, operações com derivativos financeiros nem com outros ativos financeiros de risco.

### **23. GARANTIAS FINANCEIRAS E TAOEF**

Em agosto de 2016 a Companhia aderiu ao Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras (“TAOEF”) junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) com o compromisso de corrigir as anormalidades apontadas no período de 24 meses. O término do prazo para cumprimento deste termo seria em agosto de 2018. Contudo, conforme ofício nº 74/2018, a ANS prorrogou o prazo do cumprimento do “TAOF” até 31 de agosto de 2019.

A Associação constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras suficientes para lastrear provisões técnicas e de eventos a liquidar avisadas há mais de 60 dias, cujas movimentações seguem regras estabelecidas pela ANS.

### **24. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Até o encerramento das demonstrações financeiras, não houveram eventos subsequentes que devessem ser ajustados ou mencionados em notas explicativas.

\* \* \*